



Alto Garças – MT, 08 de junho de 2020.

Resposta a Comunicação Interna nº 063 /2020/SEC/ADM.

Ao Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Administração Merques Aparecida Xavier

Assunto: Proposta de Migração + Regularização Contratual do Município de Alto Garças – MT com empresa OI S. A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) para a continuidade de prestação de serviços.

Prezado Secretário,


Trata-se de Requerimento do Ilustre Secretário de Administração para a emissão de parecer a Proposta de Migração + Regularização Contratual do Município de Alto Garças – MT com empresa OI S. A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) para a continuidade de prestação de serviços.

Segundo consta na Comunicação Interna enviada, trata-se de dúvidas quanto ao fato da proposta de contratação vir com referência ao fato da existência de linhas antigas que possuem ações contratadas (cotas) por venturas não resgatadas pelo Município e se a assinatura poderá vir a causar prejuízos ao erário.

Segue em anexo, o parecer opina-se pela possibilidade jurídica da assinatura da proposta contratual encaminhada pela empresa OI, posto que, a questão se diz a prestação de serviços de natureza continuada e não tem nada a haver com relação a ações contratadas (cotas), que para o seu resgate porventura existente será necessário a busca de dados juntos aos órgãos competentes, bem como o procedimento poderá ser de forma administrativa ou judicial.

Sendo o que consta para o momento, desde já agradeço e renovo protestos de distinto apreço.

Atenciosamente.

  
GISLAINE SARA MOREIRA MORAES MARTINS  
OAB/MT 7.062



Resposta a Comunicação Interna nº 063 /2020/SEC/ADM.

Assunto: Proposta de Migração + Regularização Contratual do Município de Alto Garças – MT com empresa OI S. A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) para a continuidade de prestação de serviços.

## I - RELATÓRIO

Trata-se de Requerimento do Ilustre Secretário de Administração para a emissão de parecer a Proposta de Migração + Regularização Contratual do Município de Alto Garças – MT com empresa OI S. A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) para a continuidade de prestação de serviços.

Segundo consta na Comunicação Interna enviada, trata-se de dúvidas quanto ao fato da proposta de contratação vir com referência ao fato da existência de linhas antigas que possuem ações contratadas (cotas) por venturas não resgatadas pelo Município e se a assinatura poderá vir a causar prejuízos ao erário.

Eis o relatório circunscrito ao que de essencial.

## II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

No caso em análise o Município de Alto Garças – MT, já possui contrato administrativo junta a empresa com relação a prestações de serviços de internet de links, ou seja, contratos 122/2018 e 060/2019.

No entanto as propostas enviadas de migração com fidelização de 12 (doze) meses se referem a prestações de serviços de telefonia Oi Fixo Avançado e Velox, e serviços de internet de link dedicado (IP CONNECT) com redução de custo.

Que a contratação é baseada no artigo 25, inciso I da Lei nº 8.66/93 – Inexibibilidade de Licitação- por ser a empresa exclusiva.

Verifica-se que a prestação de serviços deve ser mantida de forma continuada e o valores da migração proposta é viável para o órgão municipal contratante.





No que tange as linhas fixas telefônicas contratada e linhas antigas existentes com relação a existência de ações (cotas), tais fatos, não se vinculam a proposta de migração ofertada e aos contratos vigentes.

Com relação as ações telefônicas para saber quanto a sua existência e forma de resgate é preciso notificar para os bancos depositários, que no caso da empresa OI S. é o Banco do Brasil, serviço de atendimento ao acionista, segundo a orientação da CVM (Comissão de Valores Mobiliário).

De posse de tais informações poderá o Município (acionista) a requerer seus créditos por ventura existentes de forma administrativa ou judicial.

Pelo que a assinatura das propostas enviadas pela empresa não tem nada haver com as ações (cotas) não havendo que se falar em danos ao erário público pela contratação de prestação de serviços oferecida.

A inscrição do plano de expansão telefônica caracteriza relação de consumo, sendo certo que o direito às ações e aos respectivos dividendos decorre da obrigatória participação financeira imposta e da natureza de adesão do contrato.

Aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor. Neste passo, não pode a empresa de telefonia unilateralmente alterar as cláusulas contratuais em prejuízo dos consumidores e em benefício exclusivamente próprio.

Assim, a cláusula que permite entrega de ações alternativamente pelo valor de mercado ao consumidor é abusiva e, portanto, nula, sendo violado o disposto no artigo 51, inciso XIII, DO Código do Consumidor.

Deve prevalecer a forma de cálculo a ela mais benéfica, ou seja, a que considera o valor patrimonial (e – STJ, fls. 506-507), conforme acórdão em anexo.

Assim a relação consumo se difere da relação das ações contratuais questionadas. Bem, como a contratação proposta será pactuada na forma da Lei nº 8.666/93 – Lei das Licitações.

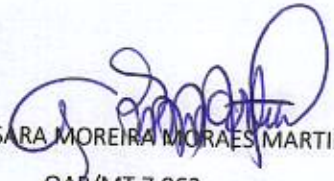


### III - CONCLUSÃO

Pelo Exposto, opino pela possibilidade jurídica da assinatura da proposta contratual encaminhada pela empresa OI, posto que, a questão se diz a prestação de serviços de natureza continuada e não tem nada a haver com relação a ações contratadas (cotas), que para o seu resgate porventura existente será necessário a busca de dados juntos aos órgãos competentes, bem como o procedimento poderá ser de forma administrativa ou judicial.

É o parecer, S.M. J.

Alto Garças – MT, 08 de junho de 2020.

  
GISLAINE SARA MOREIRA MORAES MARTINS  
OAB/MT 7.062



**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 522.929 - SP (2014/0119802-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : **TELEFÔNICA BRASIL S.A**  
**ADVOGADOS** : **HELDER MASSAAKI KANAMARU E OUTRO(S)**  
                  **THAIS DE MELLO LACROUX E OUTRO(S)**  
**AGRAVADO** : **ANA ROSA CORREA SANTOS**  
**AGRAVADO** : **ANGELA MARIA BUENO**  
**AGRAVADO** : **DULCE DE OLIVEIRA CANEDO SOARES**  
**AGRAVADO** : **IVETE APARECIDA DE CASTRO COSTA**  
**AGRAVADO** : **JOSÉ DONIZETTI DE SOUZA**  
**AGRAVADO** : **LUCIANO LATSCH**  
**AGRAVADO** : **SILVANA DOS SANTOS GUEDES**  
**AGRAVADO** : **SONIA APARECIDA DOS SANTOS LOPES**  
**AGRAVADO** : **SUELI CARVALHO DE CAMARGO**  
**ADVOGADO** : **FÁBIO EDUARDO SALLES MURAT**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE EXPANSÃO DE TELEFONIA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. No presente caso, o Tribunal de origem reconheceu a existência de diferença de ações a ser indenizada pela recorrente, relativa a contrato firmado na modalidade de plano de expansão de telefonia mediante participação financeira, com fundamento em cláusulas contratuais e nos elementos probatórios dos autos.
2. Na hipótese, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria a análise de cláusulas contratuais e reexame do conjunto probatório dos autos, providências vedadas em recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti (Presidente), Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 04 de agosto de 2016(Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator



**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 522.929 - SP (2014/0119802-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : HELDER MASSAAKI KANAMARU E OUTRO(S)  
THAIS DE MELLO LACROUX E OUTRO(S)  
**AGRAVADO** : ANA ROSA CORREA SANTOS  
**AGRAVADO** : ANGELA MARIA BUENO  
**AGRAVADO** : DULCE DE OLIVEIRA CANEDO SOARES  
**AGRAVADO** : IVETE APARECIDA DE CASTRO COSTA  
**AGRAVADO** : JOSÉ DONIZETTI DE SOUZA  
**AGRAVADO** : LUCIANO LATSCH  
**AGRAVADO** : SILVANA DOS SANTOS GUEDES  
**AGRAVADO** : SONIA APARECIDA DOS SANTOS LOPES  
**AGRAVADO** : SUELI CARVALHO DE CAMARGO  
**ADVOGADO** : FÁBIO EDUARDO SALLES MURAT

**RELATÓRIO**

**EXMO. SR. MINISTRO RAUL ARAÚJO (Relator):**

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão que negou provimento ao agravo de instrumento no recurso especial, por estar o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Tribunal quanto ao critério de cálculo do valor patrimonial da ação, fixado no acórdão recorrido para a complementação das ações, nos termos da Súmula 371/STJ.

Afirma a agravante, em síntese, que os contratos na modalidade PCT - Planta Comunitária de Telefonia, são diferentes dos contratos PEX - Plano de Expansão, sendo que os primeiros não previam a retribuição de ações, afastando a possibilidade de recebimento de diferença acionária pela autora, bem como seus consectários a título de dividendos e juros sobre capital próprio.

Requer, ao final, seja o presente agravo conhecido e provido, para a reforma da decisão monocrática, devendo ser admitido o recurso especial.

Devidamente intimada (e-STJ, fl. 728), a parte agravada não se manifestou.

É o relatório.



AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 522.929 - SP (2014/0119802-6)

RELATOR	: MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE	: TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS	: HELDER MASSAAKI KANAMARU E OUTRO(S)
	: THAIS DE MELLO LACROUX E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA ROSA CORREA SANTOS
AGRAVADO	: ANGELA MARIA BUENO
AGRAVADO	: DULCE DE OLIVEIRA CANEDO SOARES
AGRAVADO	: IVETE APARECIDA DE CASTRO COSTA
AGRAVADO	: JOSÉ DONIZETTI DE SOUZA
AGRAVADO	: LUCIANO LATSCH
AGRAVADO	: SILVANA DOS SANTOS GUEDES
AGRAVADO	: SONIA APARECIDA DOS SANTOS LOPES
AGRAVADO	: SUELI CARVALHO DE CAMARGO
ADVOGADO	: FÁBIO EDUARDO SALLES MURAT

VOTO

EXMO. SR. MINISTRO RAUL ARAÚJO (Relator):

A irrisignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem concluiu pela existência de diferença de ações a ser indenizada pela companhia telefônica aos recorridos, em decorrência de contrato de adesão a plano de expansão de telefonia mediante participação financeira, por expressa previsão legal e contratual, nos seguintes termos:

*"Trata a demanda de contrato de adesão a plano de expansão de telefonia mediante participação financeira do aderente celebrados após 25 de agosto de 1996, termo fixado pela Portaria nº 1.208 do Ministério das Comunicações, que permitia que a concessionária optasse pela retribuição de ações aos consumidores por seu valor patrimonial ou de mercado. A cláusula 2.2 do contrato assim dispõe: "Alternativamente ao previsto no item 2.1, a retribuição em ações para contratos firmados a partir de 25.08.1996, poderá, a exclusivo critério da Telebrás ou da Telesp, conforme o caso, ser efetuada com base no valor de mercado da respectiva ação, quando este for superior ao valor patrimonial. O valor da subscrição será obtido através do preço médio da ação, apurados nos últimos 5 a 20 pregões anteriores ao dia que anteceder a publicação do comunicado aos acionistas para o exercício do seu direito de preferência na subscrição de ações. Para o cálculo do preço médio serão utilizados os pregões das bolsas de valores, nacional, na qual a respectiva ação teve, dentro do período considerado, a maior quantidade transacionada".*



*A inscrição do plano de expansão telefônica caracteriza relação de consumo, sendo certo que o direito às ações e aos respectivos dividendos decorre da obrigatória participação financeira imposta e da natureza de adesão do contrato.*

*Aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor. Neste passo, não pode a empresa de telefonia unilateralmente alterar cláusulas contratuais em prejuízo dos consumidores e em benefício exclusivamente próprio.*

*Assim, a cláusula que permite entrega de ações alternativamente pelo valor de mercado ao consumidor é abusiva e, portanto, nula, sendo violado o disposto no artigo 51, inciso XIII, do Código de Defesa do Consumidor.*

*Deve prevalecer a forma de cálculo a ele mais benéfica, ou seja, a que considera o valor patrimonial." (e-STJ, fls. 506-507)*

A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, nos moldes em que postulado no recurso especial, demanda interpretação de cláusulas contratuais e reexame do conjunto probatório dos autos, providências vedadas nesta Corte a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Diante do exposto, nega-se provimento ao agravo interno.

É como voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO  
QUARTA TURMA**

Número Registro: 2014/0119802-6

**PROCESSO ELETRÔNICO AREsp 522.929 / SP**

Números Origem: 01724367320118260100 147111 1724367320118260100 5830020111724364

PAUTA: 04/08/2016

JULGADO: 04/08/2016

**Relator**

Exmo. Sr. Ministro **RAUL ARAÚJO**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO**

Secretária

Dra. **TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI**

**AUTUAÇÃO**

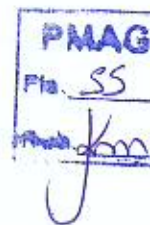
AGRAVANTE	: TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS	: HELDER MASSAAKI KANAMARU E OUTRO(S) THAIS DE MELLO LACROUX E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA ROSA CORREA SANTOS
AGRAVADO	: ANGELA MARIA BUENO
AGRAVADO	: DULCE DE OLIVEIRA CANEDO SOARES
AGRAVADO	: IVETE APARECIDA DE CASTRO COSTA
AGRAVADO	: JOSÉ DONIZETTI DE SOUZA
AGRAVADO	: LUCIANO LATSCH
AGRAVADO	: SILVANA DOS SANTOS GUEDES
AGRAVADO	: SONIA APARECIDA DOS SANTOS LOPES
AGRAVADO	: SUELI CARVALHO DE CAMARGO
ADVOGADO	: FÁBIO EDUARDO SALLES MURAT

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Empresas - Espécies de Sociedades - Anônima - Subscrição de Ações

**AGRAVO INTERNO**

AGRAVANTE	: TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS	: HELDER MASSAAKI KANAMARU E OUTRO(S) THAIS DE MELLO LACROUX E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA ROSA CORREA SANTOS
AGRAVADO	: ANGELA MARIA BUENO
AGRAVADO	: DULCE DE OLIVEIRA CANEDO SOARES
AGRAVADO	: IVETE APARECIDA DE CASTRO COSTA
AGRAVADO	: JOSÉ DONIZETTI DE SOUZA
AGRAVADO	: LUCIANO LATSCH
AGRAVADO	: SILVANA DOS SANTOS GUEDES
AGRAVADO	: SONIA APARECIDA DOS SANTOS LOPES

# Superior Tribunal de Justiça



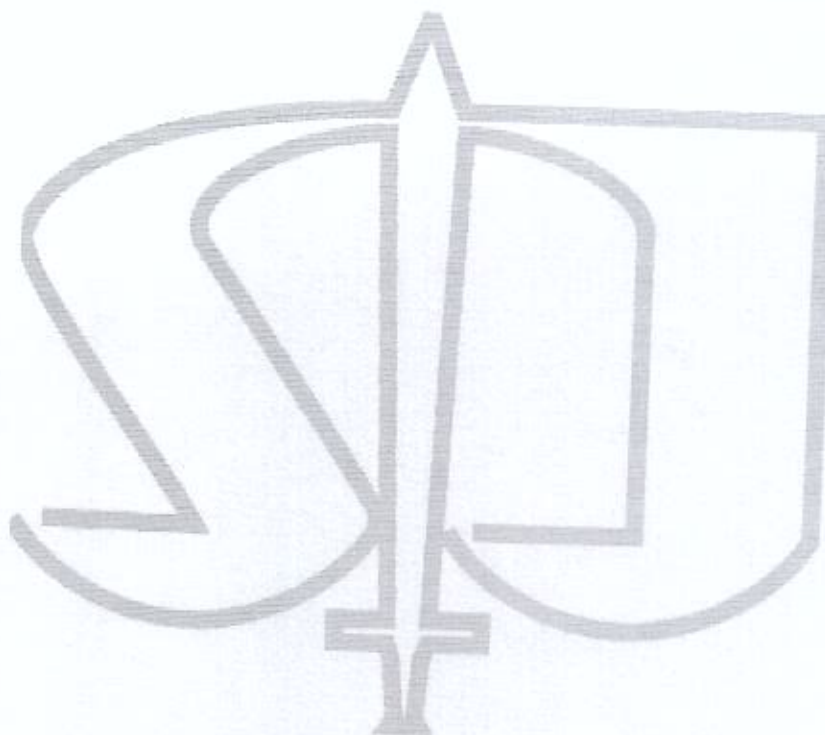
AGRAVADO : SUELI CARVALHO DE CAMARGO  
ADVOGADO : FÁBIO EDUARDO SALLES MURAT

## CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti (Presidente), Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.







**PARECER JURÍDICO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO  
DE ENERGIA ELÉTRICA**

Trata-se de solicitação de contratação de empresa especializada em serviços de telefonia para suprir as necessidades da Administração Pública Municipal.

Vê-se aí a necessidade, a conveniência e a oportunidade da referida contratação, assim como a correta aplicação dos ditames legais e as recomendações do Tribunal de Contas.

Em relação à inexigibilidade do processo licitatório, o art. 25 da Lei 8.666/93, é claro ao afirmar que "é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição".

Assim, é certo que a inviabilidade de competição se caracteriza como ausência de possíveis competidores aptos a fornecer o objeto pretendido.


Cumprе destacar que o fornecimento de serviços de Telefonia é essencial prestado no Estado de Mato Grosso por empresa concessionária, tendo exclusividade na prestação de referido serviço, portanto inexistе possibilidade de competição.

Ressaltamos porém que esta assessoria jurídica indica a realização de processo de inexigibilidade de licitação tendo em vista a impossibilidade de competição fundamentada no caput do artigo 25 da Lei 8666/93, não entendendo ser caso de dispensa de licitação baseada no artigo 24, XXII da mesma legislação em razão de que a dispensa de licitação somente se dá quando existe possibilidade de competição de fornecedores, o que não é o caso destes autos.

Isto posto, o Parecer dessa Assessoria Jurídica é pela constitucionalidade e legalidade no processo de inexigibilidade de licitação para a contratação do serviço mencionado por ser esta a mais adequada a plena satisfação do objeto contratado e pela conveniência e particularmente, oportunidade, de tal contratação.

É o parecer.

Alto Garças - MT, 30 de Julho de 2020.

  
**Gislaine Sara Moreira Moraes Martins**  
Assessora Jurídica  
OAB/MT 7062